



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2023

AUTORIA DO PROJETO – EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO DO PROJETO – Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº.085, de 30 de dezembro de 2002, como especifica.

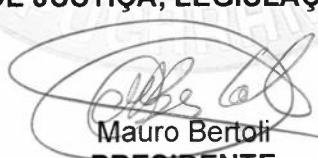
PARECER

A apreciação desta Comissão de Justiça, Legislação e Redação analisou e nada tem contra a tramitação da matéria que Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº. 085, de 30 de dezembro de 2002, as mudanças visam modernizar os métodos de pagamento à administração pública municipal. A iniciativa dispõe-se adequar as práticas financeiras aos avanços do mercado, oferecendo aos contribuintes opções eletrônicas, como internet banking, aplicativos de celular, cartão de crédito e débito, para efetuarem pagamentos de créditos tributários e não tributários, umas das mudanças significativas é a ampliação do prazo de pagamento dos tributos municipais de 36 para 48 meses, proporcionando maior flexibilidade aos contribuintes. Além disso, é proposta a implementação do Domicílio Tributário Eletrônico do Contribuinte, com o objetivo de agilizar a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Fazenda Municipal e os contribuintes, quanto aos aspectos financeiros, o projeto estabelece novas normas para a aplicação de atualização monetária, juros de mora e multas, reduzindo o percentual de multa de 50% para 20%, essas alterações se aplicam a créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, abrangendo, assim, uma ampla gama de situações.

A matéria atende aos dispositivos legais e regimentais, estando apta para ser apreciada pelo Plenário. Opinamos pela livre tramitação. É o parecer salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões em 14 de dezembro de 2023.

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO


Mauro Bertoli
PRESIDENTE


Antônio Garcia
SECRETÁRIO


Tiago Cordeiro de Lima
RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2023

AUTORIA DO PROJETO – EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO DO PROJETO – Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº.085, de 30 de dezembro de 2002, como específica.

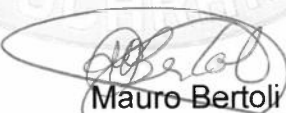
PARECER

A apreciação desta Comissão de Finanças, Economia e Orçamento analisou e nada tem contra a tramitação da matéria que Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº. 085, de 30 de dezembro de 2002, as mudanças visam modernizar os métodos de pagamento à administração pública municipal. A iniciativa dispõe-se adequar as práticas financeiras aos avanços do mercado, oferecendo aos contribuintes opções eletrônicas, como internet banking, aplicativos de celular, cartão de crédito e débito, para efetuarem pagamentos de créditos tributários e não tributários, umas das mudanças significativas é a ampliação do prazo de pagamento dos tributos municipais de 36 para 48 meses, proporcionando maior flexibilidade aos contribuintes. Além disso, é proposta a implementação do Domicílio Tributário Eletrônico do Contribuinte, com o objetivo de agilizar a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Fazenda Municipal e os contribuintes, quanto aos aspectos financeiros, o projeto estabelece novas normas para a aplicação de atualização monetária, juros de mora e multas, reduzindo o percentual de multa de 50% para 20%, essas alterações se aplicam a créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, abrangendo, assim, uma ampla gama de situações.

A matéria atende aos dispositivos legais e regimentais, estando apta para ser apreciada pelo Plenário. Opinamos pela livre tramitação. É o parecer salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões em 14 de dezembro de 2023.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO


Mauro Bertoli
PRESIDENTE


Antônio Garcia
SECRETÁRIO


Tiago Cordeiro de Lima
RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE ECOLOGIA, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, FAUNA E FLORA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2023

AUTORIA DO PROJETO – EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO DO PROJETO – Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº.085, de 30 de dezembro de 2002, como especifica.

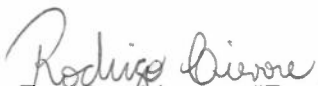
PARECER

A apreciação desta Comissão de Ecologia, Proteção ao Meio Ambiente, Fauna e Flora analisou a matéria que Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº. 085, de 30 de dezembro de 2002, as mudanças visam modernizar os métodos de pagamento à administração pública municipal. A iniciativa dispõe-se adequar as práticas financeiras aos avanços do mercado, oferecendo aos contribuintes opções eletrônicas, como internet banking, aplicativos de celular, cartão de crédito e débito, para efetuarem pagamentos de créditos tributários e não tributários, umas das mudanças significativas é a ampliação do prazo de pagamento dos tributos municipais de 36 para 48 meses, proporcionando maior flexibilidade aos contribuintes. Além disso, é proposta a implementação do Domicílio Tributário Eletrônico do Contribuinte, com o objetivo de agilizar a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Fazenda Municipal e os contribuintes, quanto aos aspectos financeiros, o projeto estabelece novas normas para a aplicação de atualização monetária, juros de mora e multas, reduzindo o percentual de multa de 50% para 20%, essas alterações se aplicam a créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, abrangendo, assim, uma ampla gama de situações.

A matéria atende aos dispositivos legais e regimentais, estando apta para ser apreciada pelo Plenário. Opinamos pela livre tramitação. É o parecer salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões em 14 de dezembro de 2023.

COMISSÃO DE ECOLOGIA, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, FAUNA E FLORA


Rodrigo Lievore "Recife"
PRESIDENTE


Antônio Luciano Facchiano
SECRETÁRIO


Antônio Marques da Silva "Marcos da Vila Reis"
RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E ORDEM PÚBLICA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2023

AUTORIA DO PROJETO – EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO DO PROJETO – Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº.085, de 30 de dezembro de 2002, como específica.


PARECER

A apreciação desta Comissão de Segurança Pública, Direitos Humanos e Ordem Pública, analisou e nada tem contra a tramitação da matéria que Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº. 085, de 30 de dezembro de 2002, as mudanças visam modernizar os métodos de pagamento à administração pública municipal. A iniciativa dispõe-se adequar as práticas financeiras aos avanços do mercado, oferecendo aos contribuintes opções eletrônicas, como internet banking, aplicativos de celular, cartão de crédito e débito, para efetuarem pagamentos de créditos tributários e não tributários, umas das mudanças significativas é a ampliação do prazo de pagamento dos tributos municipais de 36 para 48 meses, proporcionando maior flexibilidade aos contribuintes. Além disso, é proposta a implementação do Domicílio Tributário Eletrônico do Contribuinte, com o objetivo de agilizar a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Fazenda Municipal e os contribuintes, quanto aos aspectos financeiros, o projeto estabelece novas normas para a aplicação de atualização monetária, juros de mora e multas, reduzindo o percentual de multa de 50% para 20%, essas alterações se aplicam a créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, abrangendo, assim, uma ampla gama de situações.

A matéria atende aos dispositivos legais e regimentais, estando apta para ser apreciada pelo Plenário. Opinamos pela livre tramitação. É o parecer salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões em 14 de dezembro de 2023.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E ORDEM PÚBLICA


Moisés Tavares Domingos
SECRETÁRIO


Tiago Cordeiro de Lima
PRESIDENTE


Rodrigo Recife
RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2023

AUTORIA DO PROJETO – EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO DO PROJETO – Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº.085, de 30 de dezembro de 2002, como específica.

PARECER

A apreciação desta Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo analisou e nada tem contra a tramitação da matéria que Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº. 085, de 30 de dezembro de 2002, as mudanças visam modernizar os métodos de pagamento à administração pública municipal. A iniciativa dispõe-se adequar as práticas financeiras aos avanços do mercado, oferecendo aos contribuintes opções eletrônicas, como internet banking, aplicativos de celular, cartão de crédito e débito, para efetuarem pagamentos de créditos tributários e não tributários, umas das mudanças significativas é a ampliação do prazo de pagamento dos tributos municipais de 36 para 48 meses, proporcionando maior flexibilidade aos contribuintes. Além disso, é proposta a implementação do Domicílio Tributário Eletrônico do Contribuinte, com o objetivo de agilizar a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Fazenda Municipal e os contribuintes, quanto aos aspectos financeiros, o projeto estabelece novas normas para a aplicação de atualização monetária, juros de mora e multas, reduzindo o percentual de multa de 50% para 20%, essas alterações se aplicam a créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, abrangendo, assim, uma ampla gama de situações.

A matéria atende aos dispositivos legais e regimentais, estando apta para ser apreciada pelo Plenário. Opinamos pela livre tramitação. É o parecer salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões em 14 de dezembro de 2023.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Tiago Cordeiro de Lima
PRESIDENTE

Rodrigo Recife
SECRETÁRIO

Mauro Bertoli
RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRANSPORTE, URBANISMO E HABITAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2023

AUTORIA DO PROJETO – EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO DO PROJETO – Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº.085, de 30 de dezembro de 2002, como específica.

PARECER

A apreciação desta Comissão de Obras, Serviços Públicos, Transporte, Urbanismo e Habitação analisou a matéria que Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº. 085, de 30 de dezembro de 2002, as mudanças visam modernizar os métodos de pagamento à administração pública municipal. A iniciativa dispõe-se adequar as práticas financeiras aos avanços do mercado, oferecendo aos contribuintes opções eletrônicas, como internet banking, aplicativos de celular, cartão de crédito e débito, para efetuarem pagamentos de créditos tributários e não tributários, umas das mudanças significativas é a ampliação do prazo de pagamento dos tributos municipais de 36 para 48 meses, proporcionando maior flexibilidade aos contribuintes. Além disso, é proposta a implementação do Domicílio Tributário Eletrônico do Contribuinte, com o objetivo de agilizar a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Fazenda Municipal e os contribuintes, quanto aos aspectos financeiros, o projeto estabelece novas normas para a aplicação de atualização monetária, juros de mora e multas, reduzindo o percentual de multa de 50% para 20%, essas alterações se aplicam a créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, abrangendo, assim, uma ampla gama de situações.

A matéria atende aos dispositivos legais e regimentais, estando apta para ser apreciada pelo Plenário. Opinamos pela livre tramitação. É o parecer salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões em 14 de dezembro de 2023.

**COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRANSPORTE, URBANISMO E
HABITAÇÃO**


Antônio Luciano Facchiano
PRESIDENTE


Mauro Bertoli
SECRETÁRIO


Antônio Marques da Silva "Marcos da Vila Reis"
RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - 86800-235 - Apucarana - Paraná

Fone: (43) 3420-7000 | www.apucarana.pr.leg.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2023

AUTORIA DO PROJETO – EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO DO PROJETO – Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº.085, de 30 de dezembro de 2002, como especifica.

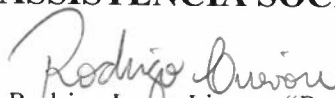
PARECER

A apreciação desta Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Saúde e Assistência Social, analisou e nada tem contra a tramitação da matéria que Altera, Acrescenta e Revoga dispositivos do Código Tributário do Município de Apucarana, instituído pela Lei Municipal nº. 085, de 30 de dezembro de 2002, as mudanças visam modernizar os métodos de pagamento à administração pública municipal. A iniciativa dispõe-se adequar as práticas financeiras aos avanços do mercado, oferecendo aos contribuintes opções eletrônicas, como internet banking, aplicativos de celular, cartão de crédito e débito, para efetuarem pagamentos de créditos tributários e não tributários, umas das mudanças significativas é a ampliação do prazo de pagamento dos tributos municipais de 36 para 48 meses, proporcionando maior flexibilidade aos contribuintes. Além disso, é proposta a implementação do Domicílio Tributário Eletrônico do Contribuinte, com o objetivo de agilizar a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Fazenda Municipal e os contribuintes, quanto aos aspectos financeiros, o projeto estabelece novas normas para a aplicação de atualização monetária, juros de mora e multas, reduzindo o percentual de multa de 50% para 20%, essas alterações se aplicam a créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, abrangendo, assim, uma ampla gama de situações.

A matéria atende aos dispositivos legais e regimentais, estando apta para ser apreciada pelo Plenário. Opinamos pela livre tramitação. É o parecer salvo melhor juízo.

Gabinete das Comissões em 14 de dezembro de 2023.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL


Rodrigo Lauer Lievore "Recife"
PRESIDENTE


Antônio Facchiano
SECRETÁRIO


Moisés Domingos Tavares
RELATOR